



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS MARECHAL DEODORO-AL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO**

**COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PIAUÍ: O  
PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENVOLVIMENTO DA  
COMUNIDADE**

MARECHAL DEODORO, AL  
2023

MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO

**COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PIAUÍ: O PROCESSO  
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

Artigo científico apresentado ao Curso *Latu Sensu* em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Oliveira dos Santos

Co-orientador: Prof. Me. José Aparecido da Silva  
Gama

MARECHAL DEODORO, AL  
2023



**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação  
Instituto Federal de Alagoas  
Campus Marechal Deodoro  
Biblioteca Dorival Apratto**

---

A663c

Araújo, Maria Elza Messias Soares de.

Comitê da bacia da região hidrográfica do rio Piauí: o processo de educação ambiental e o envolvimento da comunidade / Maria Elza Messias Soares de Araújo. - 2023

21 f. : il., color.

1290 kilobytes (PDF)

Inclui bibliografia e figuras.

Anexos: p. 19-21.

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo científico (Especialização em Educação e Meio Ambiente) – Instituto Federal de Alagoas, Campus Marechal Deodoro, Marechal Deodoro, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Oliveira dos Santos.

Coorientador: Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama.

1. Comitê de bacia hidrográfica. 2. Educação Ambiental. 3. Ações ambientais. 4. Rio Piauí - Alagoas. I. Título. II. Santos, Gilson Oliveira dos. III. Gama, José Aparecido da Silva.

CDD: 363.7

---

**Maria Jôse Nascimento Leite Machado  
Bibliotecária – CRB 4/2125**

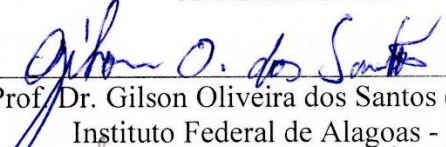
MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO

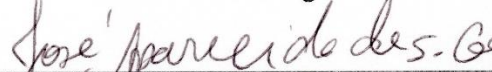
**COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PIAUI: O  
PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENVOLVIMENTO DA  
COMUNIDADE**


Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em formato de Artigo Científico, apresentado ao Curso *Latu Sensu* em Educação e Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas, como exigência para a obtenção do título de Especialista em Educação e Meio Ambiente.

Aprovado em: 20/12/2023.

**AVALIADORES:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gilson Oliveira dos Santos (Orientador)  
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

  
\_\_\_\_\_  
Profa. M<sup>e</sup>. José Aparecido da Silva Gama  
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ma. Sheyla Karine Barbosa de Macêdo Dias  
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

## **COMITÊ DA BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PIAUÍ: O PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

### **PIAUÍ RIVER BASIN COMMITTEE: THE ENVIRONMENTAL EDUCATION PROCESS AND COMMUNITY INVOLVEMENT**

MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO<sup>1</sup>  
GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS<sup>2</sup>  
JOSÉ APARECIDO DA SILVA GAMA<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma discussão sobre os impactos das ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Rio PiauÍ Alagoas, e seu envolvimento na comunidade local. O trabalho foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações e teses, como também pela análise documental em Atas de reuniões do Comitê e relatórios obtidos em visitas de campo em escolas, secretarias e instituições, a fim de identificar quais foram as ações em educação ambiental e como ocorreram. A partir destes procedimentos, buscou-se refletir sobre o processo da educação ambiental e o envolvimento da comunidade com o objetivo de contribuir para uma discussão teórico-metodológica das ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Comitê, incorporando o plano da esfera pública como palco das ações da educação ambiental. A percepção obtida é que o Comitê do rio PiauÍ trata as ações de educação ambiental a partir da problematização do relacionamento da comunidade local com os recursos hídricos. Mas, apesar de ter realizado parceria com algumas instituições, tem dificuldades de realizar suas ações de educação ambiental em decorrência da falta de apoio dos gestores municipais e instituições componentes na bacia, o que interfere na proteção dos recursos hídricos e afasta a comunidade dos espaços de discussão e decisão.

Palavras-chaves: Comitê de Bacia Hidrográfica; Educação Ambiental; Ações Ambientais; Rio PiauÍ Alagoas.

#### **ABSTRACT**

This article presents a discussion regarding the impacts of environmental education actions developed by the PiauÍ River Basin Committee, Alagoas, and its impact on the local community. The work was prepared based on a bibliographical survey in books, scientific articles, dissertations and theses, as well as through documentary analysis in Minutes of Committee meetings and reports obtained during field visits to schools, departments and institutions, in order to identify which were the actions in environmental education and how they occurred. Based on these procedures, we sought to reflect on the process of environmental education and community involvement with the aim of contributing to a theoretical-methodological discussion of the environmental education actions developed by the

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná. Email: elzamessias.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Docente efetivo do Instituto Federal de Alagoas. E-mail: gilson.santos@ifal.edu.br

<sup>3</sup> Docente efetivo do Instituto Federal de Alagoas. E-mail: aparecido.gama@ifal.edu.br

Committee, incorporating the public sphere as a stage for actions of environmental education. The perception obtained is that the Piauí River Committee treats environmental education actions based on problematizing the relationship between the local community and water resources. However, despite having formed a partnership with some institutions, it has difficulties in carrying out its environmental education actions due to the lack of support from municipal managers and other component institutions in the basin, which interferes with the protection of water resources and distances the community from the spaces of discussion and decision.

Keywords: River Basin Committee; Environmental education; Environmental Actions; Piauí River – Alagoas, Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

Os impactos negativos ao meio ambiente vêm sendo intensificados, causando diversas alterações ecológicas e interferindo na saúde da população. Com intuito de mitigar ou erradicar essas problemáticas, são realizadas ações educativas, fiscalizações e criação de leis, as quais, se colocadas em prática, podem mudar atitudes e influenciar na elaboração e efetivação de políticas públicas ambientais.

A Lei 9.795/99, em seu artigo 6º, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), definindo quatro linhas de atuação inter-relacionadas a serem observadas nas atividades ligadas à PNEA. São elas: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material educativo; e acompanhamento e avaliação. No artigo 1º, entende-se por Educação Ambiental (EA) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1997).

Diante do exposto, a EA assume não só a proteção e uso sustentável de recursos naturais, mais a proposta de construção de sociedade sustentáveis e os Comitês de Bacias Hidrográficas têm grande importância nesse processo, visto que funcionam como parlamento das águas, colegiados normativos e deliberativos permanentes, onde os representantes dos seguimentos da sociedade pertencentes à bacia se encontram para discutir problemas decorrentes dos diversos usos dos recursos hídricos, sugerindo soluções e definindo ações para preservações da quantidade e qualidade das águas.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), com o objetivo de promover a gestão descentralizada e a disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, apoia-se nos Comitês de Bacia Hidrográfica enquanto instrumentos, que são compostos por 03 (três) seguimentos: Poder Público, Usuários de Água e Sociedade Civil Organizada, sendo 50% Poder Público, 25% Usuários de Água e 25% Sociedade Civil Organizada.

Atualmente existem os seguintes comitês em Alagoas: Comitê da Região Hidrográfica do Rio Coruripe, da Região Bacia Hidrográfica do Rio Pratagy, da Bacia Hidrográfica Complexo Estuário Lagunar Mundaú e Mangaba (CEMMM), Comitê da Região da Bacia Hidrográfica (CBRH) do Rio Piauí, Comitê da Região da Bacia Hidrográfica do Rio São Miguel, Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do litoral Norte e Comitê da Bacia da Região Hidrográfica dos Rios Jacuípe/Una (ALAGOAS, 2023).

No Estado de Alagoas, para a concretização da gestão ambiental integrada da bacia hidrográfica, os Comitês alagoanos recebem apoio financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), instituído pela Lei nº 5.965/1997 (ALAGOAS, 1997) e regulamentado pelo Decreto nº 532/2002 (ALAGOAS, 2002).

Cada Região de Bacia Hidrográfica tem seus limites e contornos bem definidos, o que facilita fazer o planejamento das ações a serem desenvolvidas integrando conhecimentos relativos à água, solo, relevo e geologia; vegetação, fauna e usos do solo; clima e microclima; ocupação humana, impactos antrópicos, modelos de gestão e possibilidades de recuperação.

Neste aspecto, entende-se que a EA é fundamental, não apenas do ponto de vista da tomada de consciência, mas também do ponto de vista da instrumentalização técnica para fundamentar o agir coletivo. É fundamental que os comitês discutam a EA do seu território em um espaço participativo definido para esta discussão, seja uma câmara técnica ou um grupo de trabalho inserido em uma câmara técnica. Além disso, é necessário que os comitês viabilizem recursos financeiros para ações, projetos e programas capazes de contribuir com o uso eficiente dos recursos hídricos e a mediação de conflitos envolvendo a gestão das águas.

O Comitê da Bacia da Região Hidrográfica (CBRH) do Rio Piauí existe desde 2005 (ALAGOAS, 2023). Contudo, devido à falta de avaliação do processo de desenvolvimento da EA realizado pelo CBRH do Rio Piauí, percebe-se ausência de dados acerca do envolvimento da comunidade, bem como da forma que estão sendo realizadas tais ações.

Assim, com o intuito de verificar os impactos sobre o processo da EA desenvolvido pelo CBRH do Rio Piauí e envolvimento da comunidade da Região da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, em Alagoas, este trabalho busca realizar um levantamento de quais foram as ações desenvolvidas pelo CBRH do rio Piauí, a fim de se realizar uma reflexão sobre os impactos dessas ações na comunidade e contribuir na transformação da realidade e na conscientização socioambiental das pessoas, conduzindo o entendimento humano para a construção de um novo paradigma socioambiental.

Tal preocupação se faz necessária, sobretudo porque a EA que aqui se intenta evidenciar se desenvolve em campo atípico das abordagens tradicionais; uma educação não formal, construída fora do ambiente escolar, com o propósito de fomentar a participação e compreensão das diferentes demandas socioambiental, através da deliberação coletiva do uso consciente do recurso hídrico.

Para tanto, esse trabalho é estruturado em tópicos. Sendo que no tópico 2, faz-se uma apresentação da relação entre EA e atuação do Comitês de Bacia Hidrográfica. No tópico 3, atenta-se a apresentar as questões metodológicas utilizadas no estudo. Já no tópico 4, serão apresentados os resultados e as discussões, em que se inicia abordando o CBRH do Rio Piauí no contexto da EA como agente promotor da educação para o ambiente, por meio do planejamento e ações realizadas, e se discute o reflexo sobre a comunidade do processo de EA desenvolvido pelo CBRH do Rio Piauí. Por fim, no tópico 5, faz-se as considerações finais.

## **2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.-**

A humanidade vivencia grandes preocupação em relação as questões ambientais, pois as ações de descaso com o meio ambiente vêm gerando graves problemas, inclusive comprometendo sua sobrevivência no planeta. Nesse contexto a EA tem papel essencial no

envolvimento da sociedade, pois pode contribuir na ampliação do conhecimento, das discussões, valores e leis referentes preservação e manutenção dos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos, visto que existem diversos problemas que afetam esses recursos, como a escassez e a poluição da água, de tal maneira que se faz necessário a intervenção de algum elemento que contribua para a preservação dos mesmos (COSTA *et al*, 2016). Cabe salientar que a ampla participação da sociedade é fundamental para a consolidação da Política e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, principalmente nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Qualquer Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), por suas atribuições e, sobretudo, por suas especificidades no processo de gestão territorial, torna-se ferramenta em potencial na promoção da Educação para o Ambiente. Assim, pode-se considerar que a EA e os CBH, por seus princípios, natureza e finalidades, relacionam-se e se aliam ao processo de formação crítica da consciência socioambiental e fortalecimento da cidadania (NAVES; COLESANTI; SANTOS, 2017).

A Resolução 98/2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelece os princípios e os fundamentos para a EA no âmbito das bacias hidrográficas. Segundo Loureiro (2011), a partir desta resolução, a EA é alçada a uma condição de instrumento de preservação dos recursos hídricos. Contudo, a sustentabilidade da gestão da água depende da efetividade social dos preceitos legais indicados pela resolução do Conselho (CHACON-PEREIRA *et al.*, 2016).

No âmbito da Gestão Ambiental Pública, uma das ações que assume importância na atualidade é a EA no Licenciamento, sendo exigida em todos os empreendimentos de competência do órgão ambiental federal, como decorrência da Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012. As bases teóricas que fundamentam a EA no Licenciamento expõem que, no momento em que o Estado autoriza uma atividade potencialmente poluidora, seus impactos e riscos recaem sobre a sociedade de forma diferenciada (QUINTAS, 2006).

Sob semelhante ponto de vista, as vazões outorgadas para diferentes usuários de uma bacia hidrográfica geram impactos e riscos que recaem sobre a sociedade dependente daquela bacia. Segundo Costa (2016), a EA na gestão de recursos hídricos encontra-se em estágio inicial da concepção das bases teórico-metodológicas e de sua implementação prática.

Assim, é importante analisar e evidenciar que as atividades dos Comitês de Bacia Hidrográficas podem se articular com os anseios da EA, na transformação da realidade e na institucionalização de novos espaços para o exercício da cidadania e formação socioambiental das pessoas. Para tanto, faz-se necessário compreender quais são as condições que colocam os Comitês de Bacias Hidrográficas aptos a praticarem a EA e não outra abordagem educacional ambiental qualquer.

### **3. METODOLOGIA DO TRABALHO**

O local de estudo deste trabalho é a região hidrográfica do Rio Piauí (ver Figura 01). O Rio Piauí tem sua nascente no município de Arapiraca, estado de Alagoas, e deságua na margem esquerda do rio São Francisco, no município de Piaçabuçu. A região do CBRH do Rio Piauí abrange um total de 18 municípios de Alagoas e tem entre seus afluentes os rios: Tibiri, Rio Itiúba, Rio Boacica, Rio Perucaba e Rio Batinga, localizado no litoral sul de Alagoas. O

Rio Piauí tem 130 km de extensão, sendo perene em todo seu curso. O CBRH do Rio Piauí foi criado em 09 de agosto de 2005, com 28 membros divididos em três seguimentos: Poder Público, Usuários da Água e Sociedade Civil. Com uma área de 3.314,2 Km<sup>2</sup>, integrando uma população de 528.000 habitantes, o Rio Piauí e toda sua bacia são alvo de intensa degradação ambiental.

**Figura 01** – Bacia e Regiões Hidrográficas Rio Piauí Alagoas



Fonte: Acervo do CBRH Piauí - 2017

Para realização deste trabalho foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, em que se buscou na literatura os estudos relacionados a comitês de bacia hidrográfica e educação ambiental. Também se recorreu a pesquisa documental, que se caracteriza pela consulta a leis, resoluções, portarias, decretos, enfim, a todos os demais documentos que, de alguma forma, auxiliam na busca de respostas aos objetivos da pesquisa, além de dados coletados através da consulta de arquivos de Atas do CBRH do Rio Piauí e relatórios de atividades.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Comitê da Região Hidrográfica do Rio Piauí e as Ações de Educação Ambiental.

Os usuários realizam diferentes usos do recurso natural em questão, tais como: irrigação, pecuária, construção de reservatórios, pisciculturas, diluição de efluente para extração mineral, atividade industrial e lazer.

Considerando o exposto acima, o CBRH do Rio Piauí realizou diversas ações de EA junto às comunidades, a saber:

- **Ação de plantio de mudas na Escola Agrícola do Município Junqueiro**

Durante aula de EA, foram plantadas mais 150 mudas nos arredores das nascentes dentro da escola, com a participação dos alunos da Escola Agrícola, professores e outras escolas do município de Junqueiro. Além do plantio, foram ministradas palestras aos alunos em pleno campo com aulas práticas de EA. (ver fotos dessa ação na Figura 02)

**Figura 02** - Ação de plantio com alunos – Junqueiro.



Fonte: Acervo da pesquisadora – 2018, Escola Francisco de Assis – Junqueiro-AL.

A partir dessa ação de plantio de mudas na Escola Agrícola do Município Junqueiro, aula de EA, resultaram em atividades desenvolvidas que promoveram a recuperação e a conservação da nascente do Rio Piauí, beneficiando a Escola por meio do abastecimento de água de forma a atender suas necessidades. Além disso, houve a manutenção dessa nascente por meio do cercamento, evitando dessa forma o acesso de animais, e atividades de conservação realizadas pelos alunos da Escola Agrícola, com apoio dos órgãos ambientais, como o plantio mudas. A atividade de plantio de mudas, são incrementadas em datas comemorativas, como o Dia da Árvore e Semana do Meio Ambiente, envolvendo alunos de outras escolas e membros do CRBH e gestão municipal.

- **Reunião Ordinária do CBRH Piauí e ações de EA**

Na Reunião Ordinária do CBRH do Rio Piauí bimestral, realizada no município de Limoeiro de Anadia, com participação dos membros representantes dos três seguimentos: Poder

Público, Entidade Civil e Usuários de Água, foi realizado a elaboração do planejamento anual, com a pauta do dia: apresentar e analisar o Projeto de Reflorestamento da Lagoa do Pé-Leve, bem como demais ações já realizadas como: educação ambiental envolvendo os alunos do projeto CONVIDA e as propostas apresentada pela prefeitura municipal de Limoeiro de Anadia (PMLA) em prol da restauração da Lagoa do Pé-Leve e solicitar demanda dos municípios da Região (ver Figura 03).

**Figura 03:** Reunião Ordinária do CBRH do Rio Piauí em Limoeiro de Anadia-AL.



Fonte: acervo da pesquisadora.

Nessa Reunião Ordinária do CBRH do Rio Piauí, foram discutidas ações de educação ambiental como: Apresentar e analisar o Projeto de Reflorestamento da Lagoa do Pé-Leve, bem como demais ações já realizadas e as propostas pela Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia (PMLA) em prol da restauração da Lagoa do Pé-Leve e Solicitar demanda dos Municípios da Região. (Ata nº 03 de 18/05/2018 – ANEXO 1).

Como resultado dessa Reunião, foi apresentado o Projeto de florestamento da Lagoa do Pé-Leve mediante a Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia, solicitado e submetido à SEMARH pelo CBRH do Rio Piauí, através de sua presidência, sendo posteriormente aprovado. Foi frisado e demonstrado, que uma série de medidas precisariam ser tomadas pelo Município, em parceria com demais órgãos competentes, para que o Projeto fosse viabilizado e iniciado, como: soltura de Alevinos; plantio de árvores, recuperando as áreas degradadas; participação de alunos das escolas municipais. Foi descrita as demais ações realizadas até o momento em prol da restauração da Lagoa do Pé-Leve pela atual gestão Municipal.

- **Ação de Educação Ambiental no projeto idealizado pelo CBRH do Rio Piauí, intitulado “Recuperação da Lagoa do Pé Leve”**

Nos municípios de Limoeiro de Anadia e Arapiraca (ARAPIRACA, 2018), em 2018, foi realizado a ação de EA intitulada de “Recuperação da Lagoa do Pé Leve” (ver Figura 04). O objetivo dessa ação foi recuperar a mata ciliar da Lagoa do Pé-Leve, nos limítrofes de Limoeiro de Anadia e Arapiraca. Preservar o recurso hídrico e a estabilidade geológica, Recuperar a biodiversidade local, Conservar o solo, Controlar a erosão e o assoreamento e a implantação da Educação Ambiental, foi realizado plantios em varias etapas totalizando 1.500 mudas nativas em varias especies da mata atlantica, como: Ipê roxo, Ipê amarelo, ingazeira, angico, pata de vaca, sucupira preta, cedoro, sapucaia, pau Brasil entre outas. Com o objetivo de recupera a Lagoa do Pé Leve, foi colocado mais 300 mil alevinos em especies de peixes diversificadas como: Xira, Tambaquim, Tilápia, Piauí entre outras. Esse projeto foi patrocinado pelo Ministério Público Estadual, Prefeitura de Limoeiro de Anadia e Prefeitura de Arapiraca, CODEVASF com articulação e mobilização do CBRH do Rio Piauí. Ainda no objetivo do projeto, foi diagnosticado pelo IMA despejo de efluentes de 94 casas direto na Lagoa.

**Figura 04** – Ação de educação ambiental Lagoa do Pé Leve –Limoeiro de Anadia



Fonte: acervo da pesquisadora – 2018

Essa ação de EA teve grande importância, uma vez que proporcionou a recuperação ambiental dessa Lagoa, gerando atividades de lazer, produção e de trabalho e renda à comunidade local, além de contribuir na revitalização da bacia hidrográfica do Rio Piauí, importante corpo de drenagem inserido no Distrito de Pé-Leve.

A realização dessa ação de EA resultou na autossustentabilidade econômica, social e ambiental da Lagoa, obtida com a participação direta da comunidade no processo de operação e gestão. Como resultado, induziu-se ao efetivo controle das atividades a serem desenvolvidas, à preservação deste ecossistema (o qual estava bastante degradado pelos efeitos antrópicos, como: esgotamento sanitário e de abastecimento d’água do Distrito de Pé-leve); elaboração e execução do plano de manejo e gestão, a partir do zoneamento proposto e seguindo as restrições ambientais impostas pela legislação e pelo CBRH do Rio Piauí e pelo Núcleo de Gestão da Lagoa do Pé-Leve; execução de obras físicas; aquisição de equipamentos e material de uso permanente e de consumo; delimitação da área de pesca (TANQUE-REDE). Além disso, houve a criação da área para beneficiamento e comercialização de pescado, de educação ambiental e pesqueira; e a implantação do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento d’água.

- **Mobilização social envolvendo as comunidades dos municípios de Junqueiro, Teotônio Vilela, Coruripe e Feliz Deserto, do Projeto para Recuperação de Nascentes.**

Nessa atividade de mobilização social, foram recuperadas mais 150 nascentes na região do Baixo Piauí, envolvendo os proprietários de cada localidade, com participação de alunos das Escolas dos Municípios, fazendo capacitação e mostrando a importância da recuperação das nascentes com preservação ambiental e captação de água potável de qualidade (ver Figura 05).

**Figura 05** - Mobilização o do projeto de recuperação de nascente.



Fonte: acervo da pesquisadora -2018.

Como resultado dessa atividade de mobilização realizada envolvendo as comunidades dos Municípios de Junqueiro, Teotônio Vilela, Coruripe e Feliz Deserto, foi realizada a identificação e diagnóstico de cada nascente existente no Baixo Piauí (ver Figura 06), por meio de visita de campo, com acompanhamento de membros do Comitê e representantes de entidades representativas, alunos das escolas de alguns Municípios, além de realização de reuniões e encontros, objetivando a otimizando o trabalho da EA, com apoio dos atores locais. Todas as nascentes foram georreferenciadas, com uso de GPS de navegação (modelos GARMIN GPSMAP 78, GARMIN GPSMAP78s e GARMIN GPSmap 60CSx). A partir do georreferenciamento, foi desenvolvido um banco de dados geográficos para as nascentes, com todas as informações levantadas. Importante destacar que este projeto foi custeado com recursos da cobrança da água do Rio São Francisco, liberado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHFS, 2017).

É importante destacar que os estudos de Berlinck et al. (2003a e 2003b) mostraram que os trabalhos desenvolvidos com a comunidade, envolvendo a discussão dos problemas ambientais e das ações no seu interior baseados na investigação, formaram uma comunidade de investigadores ativos. Segundo os autores, nesse tipo de trabalho se tem buscado recuperar a memória local e levantar os principais problemas ambientais, reforçando assim o envolvimento da comunidade com o trabalho, e incentivando a sua participação de forma voluntária.

Com a degradação das áreas próximas as nascentes no médio e baixo Piauí, que possui uma infinidade de nascentes que precisaram ser recuperadas, os principais problemas são o uso descontrolado da água para irrigação das lavouras, a poluição de através de agrotóxico e o despejo de efluentes no rio e em seus afluentes. Na Figura 07, observa-se a barragem do Rio

Piauí localizada no povoado Bananeiras, município de Arapiraca-AL, onde foram identificados lançamentos de efluentes domésticos em toda a margem desse Rio.

**Figura 06** - Nascentes recuperadas



Fonte: acervo da pesquisadora.

Os impactos socioambientais diminuem a disponibilidade imediata da água potável, superficial e subterrânea, para o consumo seguro dos seres vivos à medida que contaminam de modo sistemático os corpos d'água (BORGES, 2019). Observa-se deste modo, em escala espacial e social, que a gestão dos recursos naturais gera conflitos entre os diversos usuários, pois causam efeitos e estes podem ser diferente ao longo da área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Piauí, em Alagoas.

Ao apresentar o problema desta forma, não se pode afirmar que a população inserida nesta bacia hidrográfica seja capaz de discernir ou identificar estes impactos ambientais de uma forma que pode prejudicar o meio natural como um todo.

**Figura 07** – Barragem localizada no povoado Bananeiras, Arapiraca-AL.



Fonte: acervo da pesquisadora - 2019

A EA pode ser incluída a fim de promover uma efetiva mudança de valores e atitudes, não apenas em relação ao meio ambiente, como também em relação aos próprios homens, deslocando as práticas, pois estes se encontram interligados pelo espaço geográfico da bacia hidrográfica que integra a maior parte das relações de causa e efeito, a serem consideradas na gestão dos recursos hídricos. A comunidade de usuários de recursos hídricos seria fortalecida através de programas de EA após a identificação supracitada. Esses programas iriam servir para instrumentalizar os grupos, fortalecendo-os político organizacionalmente. Dessa forma, a EA visará principalmente incentivar a autonomia das decisões das comunidades locais organizadas, cultivando os valores democráticos, a busca do conhecimento e o aprofundamento das experiências sociais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, verificou-se que existem problemáticas ambientais que impactam diretamente o rio Piauí, visto que este Rio detém uma importância considerável para o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis. Entretanto, é um rio que necessita de um extremo cuidado por parte da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos no estado de Alagoas.

Assim, o CBRH do Rio Piauí trata a EA a partir da problematização do relacionamento da comunidade local com os recursos hídricos e, possivelmente, conflitos. Uma vez que as comunidades estejam envolvidas no processo, elas passam a compreender melhor os fundamentos destas práticas e das situações em que se encontram, juntamente com o apoio técnico do Comitê.

O CBRH do Rio Piauí tem dificuldades de realizar suas ações com EA em decorrência da falta de apoio dos gestores municipais e instituições componentes na bacia, o que interfere na proteção dos recursos hídricos e afasta a comunidade dos espaços de discussão e decisão.

Mas, espera indicar aos atores sociais as dificuldades relativas à abordagem dos problemas educativos ambientais e sociais com uma visão ampla e sistemática, desenvolvendo ações interdisciplinares e multidisciplinares dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, com vista ao aumento de práticas sustentáveis, bem como a redução de danos ambientais. Assim, busca promover a mudança de comportamentos tidos como nocivos, tanto para o ambiente como para a sociedade, e despertar o senso crítico das populações inseridas na região da bacia hidrográfica do Rio Piauí.

Um ponto que merece atenção por parte do CBRH do Rio Piauí é a adoção de estratégias de marketing institucional, intensificação dos projetos de educação ambiental e maior difusão dos resultados e trabalhos do Comitê.

É fundamental a criação de propostas de capacitação para educadores ambientais e técnicos especializados voltados para Gestão de Recursos Hídricos, objetivando levar o assunto a toda a sociedade, por meio da sensibilização de cidadãos e formação de multiplicadores.

O Comitê necessita tornar mais efetivas as ações realizadas na bacia hidrográfica, agrupar ações desenvolvidas nos municípios em busca do mesmo ideal, ou seja, verificar as ações necessárias e ainda não trabalhadas para efetivação da gestão dos recursos hídricos.

O Comitê precisa elaborar um processo de gestão, cujas finalidades sejam definir e alcançar objetivos capazes de associar metas de sustentabilidade, por meio da EA.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei 5.965 de 10 de novembro de 1997**. Disponível em: <Microsoft Word - Lei nº 5.965\_97.doc (ima.al.gov.br)>. Acesso em 20/07/2023.

ALAGOAS. **DECRETO Nº 532, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2002 – Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos**. Disponível em: <<https://agenciapeixe vivo.org.br/transparencia/legislacao-ambiental/recursos-hidricos/alagoas/>>. Acesso em: 20/07/2023.

ALAGOAS. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. 2023. Disponível em: <<http://www.semarh.al.gov.br/component/search/?searchword=bacia%20hidrogr%C3%A1fica&searchphrase=all&Itemid=355>>. Acesso em: 20/07/2023.

ANA. **Agência Nacional de Água**. Disponível em:<. <https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamen to-de-recursos-hidricos>>. Acesso em:20/07/2023.

ALMEIDA, Regis Rodrigues. **Bacias Hidrográficas do Brasil**. Disponível em: <<https://www.preparaenem.com/geografia/bacias-hidrograficas-brasil.htm> >. Acesso em: 20/07/2023.

ARAPIRACA. **Prefeitura e Comitê realizam ação de reflorestamento na lagoa do Pé Leve**. 2018. Disponível em: < <https://web.arapiraca.al.gov.br/2018/09/prefeitura-e-comite-realizam-acao-de-reflorestamento-na-lagoa-do-pe-leve/>> Acesso em: 20/07/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>. Acesso em: 15 de março de 2021.

BERLINCK, Christian Niel et al. Contribuição da educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno dos recursos hídricos. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 117-129, 2003.

BERLINCK, C. N.; SILVA, C. M.;SAITO, C. H. Educação Ambiental e investigação-ação voltada para instrumentalização de Comitê de Bacia Hidrográfica: estudo de caso.In: **ESCOLA DE VERÃO DE INVESTIGAÇÃO AÇÃO ESCOLAR**, 8. Anais... Camboriú, 2003a. CD-ROM.

BERLINCK, Christian Niel et al. Educação Ambiental como círculo de cultura freireano por meio de investigação-ação: estudo de caso sobre instrumentalização de Comitês de Bacia Hidrográfica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.10,p.89-103, jan.-jun. 2003b.

BORGES, Thiago Cesar de Sousa. **A Gestão dos Recursos Hídricos no Pará: Uma Análise do Uso Múltiplo da Água na Região de Santarém e suas Implicações**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Para.

CBHSH. **Projeto do CBHSF recupera nascentes na bacia do rio Piauí**. 2017. Disponível em: < <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/comites-afluentes/projeto-do-cbhsf-recupera-nascentes-na-bacia-do-rio-piaui/#:~:text=A%20cidade%20foi%20uma%20das,600%20mil%20pessoas%20ser%C3%A3o%20beneficiadas>> Acesso em: 20/07/2023.

COSTA, Nayara Barreto da; LOPES JÚNIOR, José Marcelo; SILVA, Fernando Barros da. **RECUSOS HÍDRICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA. Anais V Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-v-conedu>>. Acesso em 10/11/2023.


CHACON-PEREIRA, Alessandra; SILVA, Luciene Pimentel da; NEFFA, Elza; BARBOSA, Geisy; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria. Educação ambiental e gestão participativa nos comitês de bacia hidrográfica do estado do Rio de Janeiro. **Revista Interface**, Edição nº 12, dezembro de 2016 – p. 70-8.

LOUREIRO, C F B e GOMES, G F. A resolução n. 98/2009 do conselho nacional de recursos hídricos e a educação ambiental para a gestão das águas. **Diálogo**. São Paulo, n. 8, julho de 2011.

NAVES. João Gabriel de Paula; COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno; SANTOS, Vitor de Oliveira. A Educação Ambiental no Contexto dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Uberlândia: **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 64, dezembro/2017, p. 328–338

QUINTAS, J.S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2 ed. Brasília: IBAMA, 2006.

## ANEXO 1

<b>COMITE DE BACIA DA REGIAO HIDROGRAFICA DO PIAUI - CBRHP</b>  	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	<b>Nº 3</b>
---	-----------------------	-------------

<b>Local:</b> Escola Municipal de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis/ Limoeiro de Anadia - AL	<b>Data:</b> 18/05/18	<b>Hora inicial:</b> 10h: 00min	<b>Horário Final:</b> 12h:30min
---	--------------------------	------------------------------------	------------------------------------


Objetivo da Reunião
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar e analisar o Projeto de Reflorestamento da Lagoa do Pé-Leve, bem como demais ações já realizadas e as propostas pela Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia (PMLA) em prol da restauração da Lagoa do Pé-Leve e Solicitar demanda dos Municípios da Região.</li> </ul>
Assuntos Tratados
<p>Aos dias 18 do mês de maio de 2018, às 10h reuniu-se na Escola Municipal de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis, Limoeiro de Anadia, Alagoas, membros eleitos e indicados do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Piauí (CBRHP), Maria Elza Messias Soares de Araújo, representando o SAAE de Teotônio Vilela, Joao Bosco de Jesus, representando a Prefeitura de Junqueiro, Ivaldo de França Vilela, representando a Prefeitura de Teotônio Vilela; Arthur Estanislau, representando a SEMARH; Maria Alves de Magalhaes Filha, representando FACINT; Maria de Fatima Santos, representando a AMRBL</p> <p>os convidados, Alana da Empresa Embauba Ambiental; Edmundo, Empresa Embauba Ambiental; Claudia Buarque – SEMARH; Carla Chagas – SEMARH. Direcionados pela presidenta, Sra. Maria Elza Messias S. de Araújo, representando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Teotônio Vilela - SAAE e pela secretária, Sra. Jakeline S. Guilherme, representando a Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia - PMLA. Instituída em reunião ordinária realizada na cidade de Limoeiro de Anadia, para análise do Projeto de Reflorestamento da Lagoa do Pé-Leve, bem como demais ações já realizadas e as atuais propostas pela Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia (PMLA) em prol da restauração da Lagoa do Pé-Leve e Solicitação de demanda dos Municípios da Região. A Sra. Presidente, Elza Messias de Araújo, abriu os trabalhos, dando boas vindas e apresentou as proposituras para discussão. Iniciou-se a discussão acerca da indicação dos membros que comporão os subcomitês de bacia do Rio Piauí que permanecem sem representação, cuja definição ficou para ser concluída na próxima reunião. Em seguida, passou a palavra para a secretária, Sra. Jakeline Guilherme, que fez a leitura da ata da última reunião ordinária. Por conseguinte, a secretária, como representante do Município no CBRHP, apresentou o Projeto de florestamento da Lagoa do Pé-Leve, realizado pela mesma mediante a Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia, solicitado e submetido à SEMARH pelo CBRHP através de sua presidência, sendo posteriormente aprovado. A secretária frisou e demonstrou, no entanto, que uma série de medidas precisa ser tomada pelo Município em parceria com demais órgãos competentes para que o projeto seja viabilizado e iniciado. Concluiu sua fala descrevendo demais ações realizadas até o momento em prol da Restauração da Lagoa do Pé-Leve pela atual gestão Municipal. Dando continuidade à pauta o convidado, engenheiro, Pedro Lucas, representando a Prefeitura Municipal de Arapiraca, em provocação, relatou a importância de ser implementada a cobrança pelo uso da água bruta do Rio São Francisco pelos comitês de bacias hidrográficas do Estado de Alagoas, o que garantiria suas autonomias financeiras, fazendo apelo para que tal discussão seja posta em pauta em reuniões futuras pela SEMARH, junto aos comitês. Em réplica, a presidente mencionou que já foi realizado um estudo pela SEMARH referente à implementação de tal cobrança e enviado para o Comitê de Bacia do Rio Coruripe. Em respaldo, o representante da SEMARH, Sr. Arthur Estanislau, citou a capacitação sobre tal tema que acontecerá no dia 14 de junho em Arapiraca, e junto à presidente mencionaram também a criação da Associação dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Alagoas, alegando, portanto, que a SEMARH vem pleiteando tal prática no Estado. O engenheiro relatou</p>

a importância, também, da atualização do Plano de Recursos Hídricos e concluiu sua fala, frisando três projetos ambientais realizados pelo mesmo para a região do alto Rio Piauí, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Arapiraca, e submetidos ao edital do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), o que incluiu o diagnóstico ambiental amplo da Lagoa do Pé-Leve e da bacia do Perucaba. O que instigou a membra, Maria de Magalhães, a citar a necessidade de um posterior olhar do comitê à Lagoa Preta e à Lagoa Jacaré, localizadas nas proximidades da região (Alto Rio Piauí). A presidente deu seguimento relatando a forma de solicitação de demanda dos Municípios que compõem a bacia do Rio Piauí a ser realizada pelos membros ao CBRHP, que deverá ocorrer através de ofícios encaminhados à sua presidência relatando o local específico e a ação necessária. No ensejo, a membra, Maria de Magalhães sugeriu, que seja realizada, em momento oportuno, uma visita ao longo da bacia do Rio Piauí. Em réplica, a presidente citou que intentará, assim que possível, apoio do Estado para tal fim. A reunião contou com a presença do Excelentíssimo Sr. Prefeito de Limoeiro de Anadia, Marcelo Rodrigues, que na oportunidade, junto ao Secretário de Agricultura Municipal, Sr. José Ferreira, apresentou o Projeto de Urbanização da Lagoa do Pé-Leve, cuja assinatura da Ordem de Serviço ocorrerá no dia 01 de junho. Demais ações propostas pelo Município, incluindo a reiteração de solicitação de apoio dos demais órgãos envolvidos, visando processo de restauração da lagoa, também foram mencionados. O vice-presidente do CBRHP, João Bosco, em corroboração, relatou a importância de tal parceria entre os órgãos, tal como aconteceu na restauração da Lagoa do Retiro em Junqueiro. Na última pauta, os engenheiros, representantes da empresa Embaúba Ambiental, contratados pela AGB PEIXE VIVO secretaria executiva do CBHSF para realização do diagnóstico ambiental da bacia do Perucaba e do Boacica, fizeram uso da fala, onde se explanou que, aproximadamente, 150 nascentes no Perucaba e mais 150 no Boacica serão diagnosticadas, dando sequência ao projeto do Diagnóstico Ambiental da Bacia do Piauí com o objetivo de garantir a água em quantidade e qualidade na bacia. Encerrados os trabalhos do comitê, lavrou-se a presente Ata, após lida e aprovada pelo Plenário e assinada pela direção do CBRHP.

#### Decisões Tomadas

- 1. PRESIDENTE:**  
MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO
- 2. VICE-PRESIDENTE:**  
JOÃO BOSCO DE JESUS
- 3. SECRETÁRIA:**  
JAKELINE DOS SANTOS GUILHERME

## ANEXO 2

<b>COMITÊ DE BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PIAUÍ - CBRHP</b>  	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	<b>Nº 7</b>
---	-----------------------	-------------

<b>Local:</b> Limoeiro de Anadia - AL	<b>Data:</b> 19/06/19	<b>Hora inicial:</b> 10h: 00min	<b>Horário Final:</b> 13h: 00min
---------------------------------------	-----------------------	---------------------------------	----------------------------------

Objetivo da Reunião
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o Andamento do Projeto de Restauração da Lagoa do Pé Leve;</li> <li>• Discorrer sobre o Procomitês e o curso Progestão</li> <li>• Visitar in loco a lagoa do Pé-Leve</li> </ul>
Assuntos Tratados
<p>Aos dias 19 do mês de junho de 2019, às 10h, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, em Limoeiro de Anadia, Alagoas, membros eleitos e indicados do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Piauí (CBRHP), <b>João Bosco de Jesus</b>, representante da Prefeitura Municipal de Junqueiro, como vice-presidente do CBRHP; <b>Marcelo Silva Ribeiro</b>, representante da OAB; <b>Alex Rommel de Jesus</b>, representante da SEMARH, <b>Ivaldo Rodrigues</b>, representante, como suplente, da Prefeitura Municipal de Junqueiro, <b>Marcela Daher</b>, representante, como suplente, da Usina Seresta e da Impacto Bioenergia, <b>Maria de Fátima Santos</b>, representante da Associação das Mulheres do Conjunto Residencial Brisa do Lago (AMRBL), <b>Luzenilton Moraes de Brito</b>, representante da Usina Coruripe, <b>Livia Acioly</b>, representante da Prefeitura Municipal de Arapiraca, <b>Jakeline dos Santos Guilherme</b>, representante da Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia, como secretária do CBRHP. Os convidados: <b>José Ferreira de Souza (Zezinho)</b>, Secretário de Agricultura de Limoeiro de Anadia, <b>Maciél Oliveira</b>, Secretário de Meio Ambiente de Limoeiro de Anadia, <b>Jeane Guilherme Santos Silva</b>, da Secretaria Municipal de Educação de Limoeiro de Anadia, <b>Dr. Cicero Alexandre e Felipe dos Anjos Cardoso</b>, da UFAL e <b>Danielson dos Santos da IDESE</b>. Ambos direcionados pela presidente, <b>Elza Messias Soares de Araújo</b>, representante do SAAE de Teotônio Vilela, que juntamente ao Sr. Zezinho, desejaram as boas vindas aos presentes, suscitando a importância do frizado momento. Dando prosseguimento, a secretária do comitê, Sra Jakeline Guilherme, realizou a leitura da ata da última reunião, posteriormente aprovada. Prontamente, a Sra Elza passou a palavra ao Sr. Alex Rommel que elucidou sobre os R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que está previsto para ser concedido aos comitês de bacias hidrográficas de Alagoas mediante o Procomitês (Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas) para auxiliar nas metas estabelecidas pelos comitês para suas respectivas bacias. Na oportunidade, a presidente frisou sobre o ENCOB, alegando que parte da verba do procomitês poderá ser também utilizada para arcar com os custos da ida de representantes do comitê ao mesmo, de acordo com o valor que será cedido e a liberação da SEMARH. Sugeriu que os nomes dos interessados em ir ao ENCOB sejam repassados na próxima reunião. Em relação à reunião realizada no Fórum Estadual, ocorrida no dia 10 de junho, a Sra Elza relatou que nela foi deliberado que será disponibilizada uma sala na SEMARH para prestar apoio aos cinco comitês estaduais, que contará com assessor técnico, administrativo e jurídico. Servindo de base também para o Fórum e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Avanços esses obtidos na presente gestão, ressaltou. Posteriormente, durante os debates, sugeriu-se que sejam apresentadas, quando oportuno, as metas (plano de trabalho) do CBRHP lançadas para o Procomitês. O Sr. Marcelo Ribeiro suscitou debate acerca da Cobrança pelo Uso da Água e em réplica a presidente frisou a realização do curso de cobranças pelo uso da água que será ofertado pela SEMARH no dia 12 de julho em Maceió, solicitando o nome de 05 membros interessados a comparecerem ao mesmo, ratificou que tal assunto já está no plano de trabalho da SEMARH que será trabalhado teoricamente neste ano e no próximo, posto em prática. Dando continuidade, as</p>

Senhoras Elza, Jakeline, Livia e o Sr. Cícero Alexandre relataram o andamento do projeto de Restauração da Lagoa do Pé-Leve que vem sendo realizado mediante parceria realizada entre o CBRHP, a Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia, a Prefeitura Municipal de Arapiraca e a UFAL. Durante os debates a Sra Jakeline sugeriu que fosse solicitado aos órgãos responsáveis (peixe vivo) o resultado do mapeamento das nascentes que foram recentemente realizados. Em corroboração, O Sr. João Bosco recomendou que fosse feita uma comissão em cada microbacia do Piauí para que estas acompanhem os técnicos durante os próximos mapeamentos. Em réplica a uma contestação da Sra Jakeline, o Sr Luzenilton propôs que a Usina Coruripe, possa disponibilizar as mudas florestais diretamente aos Municípios que as solicitem, ao invés de enviá-las ao DMA, tendo em vista a precária situação atual do viveiro da base descentralizada do instituto, relatada pela Sra Jakeline. Na sequência, os membros direcionaram-se à lagoa do Pé-Leve, onde puderam constatar de perto as ações passíveis de serem realizadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

#### Decisões Tomadas

- 1. PRESIDENTE:**  
MARIA ELZA MESSIAS SOARES DE ARAÚJO
- 2. VICE-PRESIDENTE:**  
JOÃO BOSCO DE JESUS
- 3. SECRETÁRIA:**  
JAKELINE DOS SANTOS GUILHERME